

A PERSPECTIVA E POSSIBILIDADE DE UM TRABALHO SOCIOEDUCATIVO COM AS FAMÍLIAS DO PROGRAMA RENDA CIDADÃ

Aline HARO¹
Aline Santos das NEVES²
Bruna Letícia CATUCCI³

RESUMO: O presente artigo tem por finalidade discutir a perspectiva e possibilidade de um trabalho socioeducativo com as famílias do Programa Renda Cidadã, dos municípios de Álvares Machado, Martinópolis e Santo Anastácio. Com o objetivo mais específico de mostrar a importância e problematizar a questão do trabalho socioeducativo com as famílias que compõe o programa estadual de transferência de renda o Renda Cidadã, dos três referidos municípios, com base na atuação do Assistente Social permeada por uma visão crítica desta sociedade e com referência ao seu aporte teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo. Mostraremos a importância do compromisso ético-político do profissional de Serviço Social para a realização de um trabalho socioeducativo com as famílias, tendo o planejamento como elemento central para obter resultados positivos com suas ações frente essas famílias.

PALAVRAS-CHAVE: Programa Renda Cidadã. Família. Trabalho Socioeducativo.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo discutir o trabalho socioeducativo no âmbito do Programa Renda Cidadã discutindo sua importância para o enfrentamento das condições de pobreza vivenciada pelas famílias, assim como propiciar as mesmas através do trabalho socioeducativo articulado a um processo de gestão a possibilidade de construir sua própria história com autonomia e consciência crítica, buscando assim o rompimento com as condições de risco e vulnerabilidade nas quais estão inseridas.

A relevância deste tema para o Serviço Social foi buscar discutir a importância do trabalho socioeducativo com as famílias, pois quando este trabalho ocorre articulado ao perfil das mesmas como foi levantado pelos três municípios,

¹ Discente do 4º ano do curso de Serviço Social das Faculdades Integradas “Antonio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente. e-mail aline.haro@hotmail.com.

² Discente do 4º ano do curso de Serviço Social das Faculdades Integradas “Antonio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente. e-mail aline_sn02@hotmail.com.

³ Discente do 4º ano do curso de Serviço Social das Faculdades Integradas “Antonio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente. e-mail brunacatucci@hotmail.com.br.

com as varias políticas inseridas nos mesmos e dentro de um processo de gestão este programa pode ir muito além da transferência de renda e assim possibilitar uma ação profissional pautada nos princípios que tangem o Código de Ética Profissional.

O grupo buscou aprofundar seu conhecimento para a produção deste com a utilização da pesquisa bibliográfica e em meios eletrônicos que tratavam do assunto.

Na primeira parte discutimos sobre os programas de transferência de renda e em específico o programa Renda Cidadã frente às mudanças econômicas, políticas e sociais que marcam a sociedade hoje buscando descrever suas características principais nas quais estão relacionados aos critérios de acessibilidade das famílias e a pobreza vivenciada pelas mesmas.

Na segunda parte abordamos o programa como uma conquista frente à Política Nacional de Assistência Social, na qual, o programa passa ser fundamentado em diretrizes sobre a perspectiva do direito junto a estas famílias, rompendo assim com práticas assistencialista e tuteladas que ocorreram durante um grande período nos serviços socioassistencial prestados as famílias.

Na terceira parte abordamos as transformações nas quais as famílias vêm passando, afim de que a atuação profissional não seja pautada em práticas preconceituosas e culpabilizadoras junto a estas famílias, mas sim compreendendo todo o contexto nas quais estão inseridas, as característica que a organização familiar assume hoje, para assim desenvolver um trabalho socioeducativo que venha ao encontro das necessidades e realidade social vivenciadas pelas mesmas.

Na quarta parte buscamos discutir o perfil das famílias nos três municípios (Santo Anastácio, Martinópolis e Álvares Machado), com a busca de produzir um diagnostico social das mesmas, fazendo também uma análise qualitativa individual e comparativa dos três municípios, a fim de que o trabalho socioeducativo não esteja desvinculado do contexto das famílias.

Na quinta e última parte discutimos o que é o trabalho socioeducativo e a importância do conhecimento do perfil das famílias para o trabalho socioeducativo, a necessidade da utilização do processo de gestão e de um profissional motivado. Este necessário e importante trabalho socioeducativo só poderá ser desenvolvido mediante um conhecimento da realidade que rodeia as famílias, na qual, será construída uma metodologia que venha ao encontro destas necessidades buscando

sempre a compreensão de que as ações com famílias apresentam resultados diferentes por estas vivenciarem situações e vulnerabilidades diferentes.

2 PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Ao introduzir uma breve discussão sobre o programa de transferência de renda, o Renda Cidadã, e o trabalho socioeducativo realizado com as famílias beneficiárias do mesmo, é importante ter uma compreensão acerca do que é um programa de transferência de renda, e sua evolução no cenário nacional.

De acordo com Silva et. al (2004, p. 131):

São considerados Programas de Transferência de Renda aqueles destinados a efetuar uma transferência monetária, independentemente de prévia contribuição, as famílias pobres, assim consideradas a partir de um determinado corte de renda per capita familiar, predominantemente, no caso dos programas federais, de meio salário mínimo.

Nesse aspecto, é importante ressaltar que para o acesso aos programas de transferência de renda, não é necessário uma prévia contribuição da família, muito embora esta tenha que compor o perfil, ou seja, os critérios de acessibilidade estipulado por cada programa seja ele da esfera federal, estadual ou municipal.

Discutir a trajetória dos programas de transferência de renda no Brasil nos remete a sinalizar a década de 1990 como ponto de referência, pelo qual, neste período se tem discussões e debates na esfera da transferência monetária para famílias em situação de pobreza.

[...] o ano de 1991 é considerado o marco inicial desse debate, que foi, inicialmente, mobilizado pela aprovação do Projeto Lei nº 80/1991, que propõe a instituição do Programa de Garantia de Renda Mínima, em sessão do Senado Federal de 16/12/1991, de autoria do Senador do Partido dos Trabalhadores, Eduardo Suplicy. Essa temática instituiu um debate, embora ainda muito restrito, que introduziu, definitivamente, agenda pública brasileira, a possibilidade da implementação de Programas de Transferência de Renda [...] (SILVA et al, 2004, p. 32).

Os Programas de Transferência de Renda são apontados por Suplicy, como possibilidade concreta, simples e objetiva de garantia

do direito mais elementar do ser humano, o direito à vida, mediante uma justa participação na riqueza socialmente produzida. (SILVA et al, 2004, p. 34).

É importante salientar, que ressaltamos a década de 1990 como a principal ao que tange a discussão e debate no cenário político do país frente à questão de transferência de renda, porém como sustenta Silva (2004, p. 87) esta não foi à primeira iniciativa e discussão, no qual, em 1975, vinculado a erradicação da pobreza “Antônio Maria da Silveira publicou, na Revista Brasileira de Economia, um artigo sob o título ‘Redistribuição de Renda’”.

Todavia, temos a década de 90 como referência para os Programas de Transferência de Renda, identificamos o contexto socioeconômico deste período como causa desta “explosão”, no qual, destacamos: a instituição de uma política Neoliberal, com a redução e reforma do Estado, que passa a ser um Estado mínimo com uma intervenção também mínima, focalizada, seletiva e fragmentada; destacamos também o modelo econômico vigente o capitalismo, que produz a desigualdade social, a divisão e luta de classes, concentração de renda, ou seja, distribuição desigual da renda socialmente produzida, dentre outras consequência, que influenciaram na evolução para implantação de programas de transferência de renda. Como sustenta Silva et. al (2004, p. 23-24):

A opção pelo ajuste econômico no Brasil, como em outros países, sobretudo nos denominados emergentes, teve como consequência a estagnação do crescimento econômico e a precarização e instabilidade do trabalho, o desemprego e o rebaixamento do valor da renda do trabalho, com consequente ampliação e aprofundamento da pobreza, que se estende inclusive, para os setores médios da sociedade.

Nesse contexto a questão social, enquanto produto da luta política, coloca na agenda pública novos conteúdos expressos, sobretudo, pelo, que passou a se considerar novas formas de exclusão social e econômica, cujo eixo centralizador é representado pelas profundas transformações que vêm ocorrendo no mundo do trabalho, enquanto produto, principalmente, de dois fenômenos constitutivos das transformações que vêm ocorrendo nas relações de trabalho na sociedade contemporânea: o aumento do desemprego estrutural associado a precarização do trabalho e as manutenções no perfil do trabalhador requerido pelo mercado capitalista globalizado e competitivo.

Portanto, em virtude principalmente do cenário da década de 90 com o Neoliberalismo, o acirramento das relações capitalistas, mercado de trabalho competitivo, dentre outros fatores, são consequências que rebateram e ainda rebatem na conjuntura socioeconômica dos indivíduos e demandam respostas do Estado, assim, é nesta linha que adentra a discussão, implantação e criação de novos programas de transferência de renda como resposta do governo frente a situações de pobreza e miserabilidade social vivenciada por inúmeras famílias. Sendo neste âmbito que adentramos a discussão do Programa de Transferência de Renda, 'Renda Cidadã', pelo qual, compõe nesta sociedade contemporânea o rol e a diversidade de programas de transferência de renda.

3 O PROGRAMA RENDA CIDADÃ

O Programa Renda Cidadã é um programa de transferência de renda (monetária) direta do Governo do Estado de São Paulo, tendo em vista que este foi criado e instituído nos municípios em 2001 pela Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social (SEADS).

De acordo com a Norma Operacional Básica do Programa Renda Cidadã, este dispõe de uma nova Resolução - SEADS que entrou em vigor a partir de 29 de junho de 2010, na qual, dispõe sobre algumas alterações importantes como: a questão da renda mensal per capita que antes era de R\$200,00 reais e agora é de meio salário mínimo, que equivale a R\$255,00 reais; o valor do benefício que foi alterado de R\$60,00 para R\$80,00 reais, dentre outras mudanças.

Os objetivos do programa de acordo com a supracitada norma (2010, s.p.) é:

Artigo 1º - O Programa Renda Cidadã tem como objetivo atender famílias em situação de pobreza, com renda mensal familiar per capita de até meio salário mínimo nacional mediante ações complementares e transferência direta de renda, como apoio financeiro temporário do Estado.

Artigo 2º - Os objetivos específicos do Programa Renda Cidadã são:
I – propiciar ações complementares, promovendo a autosustentação e a melhoria na qualidade de vida para a família beneficiária do programa;
II – possibilitar o acesso à rede de serviços públicos existentes, em especial, aos de saúde, educação e assistência social.

Diante os objetivos do programa citados acima, podemos considerar que este tem como foco atender famílias que estão em condição de pobreza, com intuito de melhoria em sua qualidade de vida. Perante os objetivos, o programa ainda apresenta alguns critérios no âmbito da seleção das famílias, como está disposto no Artigo 6º da Norma Operacional Básica (2010, s.p.), no qual são eles: família com índice de vulnerabilidade social familiar (IVSF) mais alto; chefiada por mulher; que detêm menor renda per capita; integrada por pessoa com deficiência; maior número de criança e adolescente; com membro cumprindo medida socioeducativa ou egresso do sistema penitenciário, muito embora seja critérios que não precisam necessariamente ser cumulativos.

Destacamos que como os diversos programas existentes este também contempla a questão das condicionalidades de permanência das famílias no programa, visto que podemos citar uma delas, em virtude da mesma estar relacionada a discussão deste frente ao trabalho socioeducativo com famílias.

Artigo 7º - III – frequência na (s) ação (ões) complementar (es) oferecida (s) pelo Município e demais parceiros, de acordo com calendário e atividades estabelecidos pelo executor do programa, respeitando, entretanto, a disponibilidade do beneficiário, devendo planejar as ações em conjunto com as famílias do programa. (NORMA OPERACIONAL BÁSICA PARA O PROGRAMA RENDA CIDADÃO, 2010, s.p.).

Ao que tange a condicionalidade acima mencionada, destacamos que estas ações complementares podem ser elaboradas com uma perspectiva, ou seja, com uma direção norteada para elaboração e execução de ações complementares como espaços e momentos de possibilidades e potencialidades, que a curto, médio e longo prazo pode resultar em transformações e ou mudanças significativas na vida dessas famílias que se encontram em situação de pobreza e vulnerabilidade social.

Todavia, para a família ter acesso a este programa é de competência do município divulgar, para assim, a população procurar o CRAS – Centre de Referência de Assistência Social ou o Órgão Gestor de Assistência Social do município para realizar o cadastro, munidos do xérox dos seguintes documentos de todos que residem na casa: RG, CPF, Título de Eleitor, Carteira de Trabalho,

Certidão de Nascimento/Casamento, Atestado de matrícula escolar e comprovante de endereço.

O programa em sua Norma Operacional Básica estipula a necessidade e obrigatoriedade de desenvolvimento de ações complementares⁴ com as famílias beneficiárias do programa, assim, destacamos este espaço de elaboração de ações complementares como espaço de possibilidade de desenvolvimento de trabalhos socioeducativos com essas famílias que vivenciam as diversas expressões da questão social.

Portanto, salientamos que o programa Renda Cidadã, como os diversos programas de transferência de renda, são “engessados”, uma vez que, muitos destes advêm da esfera federal e estadual prontos para execução sem levar em consideração as características, perfil e realidade social de cada município, porém é no âmbito desses programas que o Assistente Social, pode realizar trabalhos socioeducativos de acordo com a realidade social das famílias beneficiárias do programa, por meio de sua criatividade com o intuito de ultrapassar a esfera da transferência de renda, condicionalidades e critérios de seleção.

4 A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM CONSONÂNCIA COM O PROGRAMA RENDA CIDADÃ

No âmbito da Divisão Municipal de Assistência Social de Álvares Machado como órgão público e gestor do município, do Programa Espaço Cidadão do município de Martinópolis e do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS do município de Santo Anastácio, a política vigente é a Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Tanto a PNAS de 2004, como o Sistema Único de Assistência Social – SUAS de 2005 direcionam a gestão e a execução das ações nos três referidos municípios.

Em um primeiro momento cabe fazer uma breve análise da trajetória da Política Nacional de Assistência Social – PNAS percebe-se que esta sempre esteve

⁴ Artigo 8º - O desenvolvimento e o custeio das Ações Complementares serão de responsabilidade dos municípios e demais parceiros, como contrapartida.

§ 1º - As Ações Complementares de que trata o caput deste artigo, são atividades organizadas e regulares, de iniciativa pública e/ou privada com a função de ampliar a oportunidade de desenvolvimento de proteção e de inclusão social que, somadas à transferência de renda, favorecem o desenvolvimento da autonomia dos beneficiários [...]. (NORMA OPERACIONAL BÁSICA PARA O PROGRAMA RENDA CIDADÃ, 2010, s.p.).

muito atrelada à caridade, ao clientelismo, com um caráter compensatório, não visando o enfrentamento da pobreza e nem a emancipação do sujeito. A assistência social era reduzida a uma prática assistencialista.

Foi a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, que a Assistência Social, é tida como um direito constitucional, ou seja, ganhou legitimidade como política pública⁵ e principalmente como direito, porquanto, esta compõe o tripé da Seguridade Social formado por saúde, assistência social e previdência social, pelo qual, saúde e assistência social são políticas sociais não contributivas.

De acordo com Simões (2008, p. 186):

A assistência social, pela primeira vez em sua história, foi erigida como uma das três instituições políticas fundamentais da seguridade social, [...]. Esse fato expressa a superação do conceito de assistencialismo, da filantropia e da benemerência social, para a profissionalização da atividade pública não somente no atendimento às necessidades básicas da população pobre e carente, como e sobretudo junto à população em situação de risco e vulnerabilidade social, pela reconstituição familiares, habitação e reabilitação profissional e por programas e projetos de enfrentamento da pobreza.

Pode-se dizer que hoje a matriz da assistência social é o direito, com ações descentralizadas e participativas, para que os indivíduos estejam envolvidos, que participem das ações da assistência social no município, para que participem dos conselhos, para que reivindiquem pela efetivação de seus direitos, para que os serviços da assistência social sejam descentralizados.

É necessário ressaltar que, apesar da assistência social ter sido reconhecida como política pública na Constituição Federal, ela só foi regulamentada com a Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, em dezembro de 1993 (Lei 8.742). A LOAS⁶ introduz uma nova forma de discutir a questão da assistência

⁵ Quando a assistência social é elevada ao patamar de uma política pública, é preciso compreender “pública”, como res publica, expressão latina que significa “coisa de todos”, portanto do Estado e da sociedade. Não é pública porque é estatal, mas porque, além do Estado, a sociedade ganha representatividade, poder de decisão e o exercício do controle social, já que o que é público se refere aos interesses de uma população. (Pereira (2002), apud Gonçalves 2003, p. 31)

⁶ A Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

social, substituindo a visão centrada na caridade, clientelismo e no assistencialismo. A nova concepção de assistência agora está ligada ao direito.

A PNAS (2004) traz em seu bojo a questão da proteção social, esta aqui não se refere à tutela das famílias e ou indivíduos e sim no sentido de “garantir as seguintes seguranças: segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida; e, convívio ou convivência familiar”. (PNAS, 2004, p. 25). Em face ao Programa Renda Cidadã podemos considerar que este compõe a segurança de sobrevivência/rendimento, no que tange a PNAS (2004, p.25) dispõe que:

A segurança de rendimento não é uma compensação do valor de salário-mínimo inadequado, mas a garantia de que todos tenham uma forma monetária de garantir sua sobrevivência, independentemente de suas limitações para o trabalho ou do desemprego. É o caso de pessoas com deficiência, idosos, desempregados, famílias numerosas, famílias desprovidas das condições básicas para sua reprodução social em padrão digno e cidadã.

As ações da Assistência Social tem por direção a centralidade na família, deste modo sistematizando para o Programa Renda Cidadã, este tem como foco a família, diante disto temos que ter claro que falar em família hoje é necessário compreender os diversos arranjos que permeiam esta instituição.

O Sistema Único de Assistência Social - SUAS foi implantado em 2005, no qual, este sistema vem direcionar a gestão da Assistência Social, pelo qual, constitui-se em um modelo de gestão descentralizado e participativo, já que, as ações passam a ser organizadas e ou hierarquizada em dois tipos de proteção, a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial⁷.

Em referência a proteção social básica a PNAS (2004, p.27) sustenta que:

A proteção social básica tem como objetivo prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precária ou nulo acesso

⁷ Proteção Social Especial, esta se subdivide em proteção especial de média complexidade e alta complexidade.

aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos - relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, éticas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).

A proteção social básica tem como meio operacional direto o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS⁸, pelo qual, este descentraliza os serviços relativos à assistência social, e como afirma Simões (2009) o CRAS se torna uma referência local daquele território de assistência social, muito embora, não são todos os municípios que possuem esta unidade, assim os que não possuem a proteção social básica é executada pelo órgão gestor, em relação aos municípios de Álvares Machado, Martinópolis e Santo Anastácio estes possuem um CRAS. Sendo assim, o CRAS é um mecanismo muito pertinente na realidade social em que vivemos, pois, é uma forma, um meio de descentralizar os serviços da assistência social para os territórios com maior percentual de vulnerabilidade social e risco social.

Em síntese, a proteção social básica tem como foco atuar na esfera da prevenção das situações de risco social, cujos direitos não foram violados, assim destacamos que o Programa Renda Cidadã compõe esta proteção uma vez que, a atuação da equipe técnica tem que ser preventiva, protetiva e proativa, no que se refere aos trabalhos socioeducativos e monitoramento realizado com as famílias dos três municípios, aqui referenciadas para o presente trabalho.

Outro ponto que se faz importante para a presente pesquisa é a questão da territorialização que está disposto no SUAS. Ao falar de território a PNAS (2004, p. 38) sustenta que:

[...] a operacionalização da política de assistência social em rede, com base no território, constitui um dos caminhos para superar a fragmentação na prática dessa política. Trabalhar em rede, nessa concepção territorial significa ir além da simples adesão, pois há necessidade de se romper com velhos paradigmas, em que as práticas se construíam historicamente pautadas na segmentação, na fragmentação e na focalização, e olhar para a realidade, considerando os novos desafios colocados pela dimensão do cotidiano, que se apresenta sob múltiplas formatações, exigindo enfrentamento de forma integrada e articulada.

Deste modo, a partir da elaboração da PNAS e posteriormente o SUAS, as ações e a gestão da assistência social tomaram rumos importantes no que

⁸ O Centro de Referência de Assistência Social – CRAS é uma unidade pública estatal de base territorial, localizados em áreas de vulnerabilidade social. (PNAS, 2004, p. 29)

tange sua materialização, em relação à dimensão do território esta é uma questão muito importante que o SUAS trouxe em seu âmbito, pelo qual, o território é o local/espço onde as coisas acontecem, e é onde as ações serão desenvolvidas, por isso a necessidade de conhecer a realidade da cada território, utilizar da vigilância social⁹ para produção de indicadores sociais, com vistas a levantar o perfil daquele determinado território a se intervir sendo ele o município de forma geral ou determinado bairro e ou grupo.

Diante esta breve discussão em face de questão do território, devemos considerar este como o “chão”, ou seja, é o espaço onde as coisas acontecem, é também o espaço de convivência que se apresenta de forma dinâmica e diversificada mediante esta sociedade dialética a qual estamos inseridos. Face ao Programa Renda Cidadã é necessário conhecer o território que estas famílias estão inseridas, as relações que permeiam os determinados territórios, os vínculos familiares e comunitários, a acessibilidade à rede socioassistencial, por meio de sucessivas aproximações para conhecer a realidade vivencia pelas famílias, com intuito de ultrapassar a demanda institucional.

Portanto, ao discutir de forma breve a PNAS e o SUAS, buscamos entender os principais pontos importantes de ambos, muito embora não fora feita uma abordagem destes de forma completa devido sua densidade, porém, buscamos aqui destacar para dar continuidade ao presente trabalho as questões que já foram explanadas como a matricialidade sócio familiar, a segurança de sobrevivência, a questão do território e a proteção social básica que nortearão os estudos das famílias que são beneficiárias do Programa Renda Cidadã dos três municípios pesquisados.

5 A ORGANIZAÇÃO FAMILIAR NA CONTEMPORANEIDADE E SEUS NOVOS ARRANJOS

Falar das famílias do Programa Renda Cidadã, nos remete a compreender as transformações ocorridas e os novos arranjos de família que se perdura nesta sociedade.

⁹ Vigilância Social: refere-se à produção, sistematização de informações, indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social que incidem sobre famílias/pessoas nos diferentes ciclos da vida [...]. (PNAS, 2004, p. 33)

Abordar e discutir a questão da família na contemporaneidade é um tema difícil e complexo, que ao ser compreendido e articulado aos aspectos sócio e econômico de cada período histórico trás a desnaturalização da concepção de família concebida durante um longo período como uma instituição única e ideal formada por pai, mãe e filhos. Esta forma de organização familiar foi predominante durante um longo período, foi uma herança deixada pela sociedade burguesa, que na busca pela garantia e manutenção de suas riquezas prezava pela constituição e permanência do casamento. Neste período a mulher e o homem tinham papéis bem definidos, nas quais as mulheres eram responsáveis pelos cuidados da casa e dos filhos, enquanto os homens eram responsáveis pelo sustento da família.

De acordo com Kauloustian (1994, p.28):

Parte-se, portanto, da ideia de que não existe, histórica e antropológicamente falando, um modelo padrão de organização familiar; não existe a família regular. Menos ainda que o padrão europeu de família patriarcal, do qual deriva a família nuclear burguesa (que a moral vitoriana da sociedade inglesa no século XIX atualizou historicamente para os tempos modernos), seja a única possibilidade histórica de organização familiar a orientar a vida cotidiana no caminho do progresso e da modernidade. Pensar as famílias de forma plural pode significar uma construção demográfica baseada na tolerância com as diferenças, com o Outro. Destarte, este trabalho é uma tentativa de desconstrução dos alicerces das concepções políticas e psicoafetivas que sustentam o racismo que, recrudescido, esta tão em voga nos tempos atuais, e que, sem duvida, constitui pano de fundo do debate sobre as famílias.

No entanto, quando se têm um olhar sobre as constituições familiares anteriores é que podemos entender as mudanças que permeiam a organização familiar contemporânea, decorrente dos aspectos econômico, políticos e sócio culturais. Desta forma, estas transformações não significam um rompimento com a instituição familiar burguesa, mas uma transformação concomitante até chegar às diferentes formas de instituição familiar predominante hoje. De acordo com Mito (2006, p.52) “Observa-se a existência de um consenso sobre a diversidade de arranjos familiares, sobre o caráter temporário dos vínculos conjugais e sobre outras questões ligadas a área da reprodução humana e da liberalização dos costumes”.

Hoje se tem um olhar diferenciado sobre a concepção de família, diante as conquistas das últimas décadas decorrente do desenvolvimento das ciências humanas, do movimento das mulheres na conquista pelos seus direitos,

independência financeira das mesmas, ampliação do grau de escolaridade, e enfraquecimento do poder do homem que acabam por refletir no âmbito familiar.

Atualmente os casamentos ocorrem pelo afeto e amor o que difere de períodos anteriores, no qual, o casamento nem sempre ocorriam por amor, mas sim em busca de ampliação de riqueza, hoje as famílias são organizadas por reconstruções familiares, em que as pessoas têm o direito de casar mais que uma vez.

A relação entre homossexuais vem ganhando espaço e mostra que a sociedade apresenta outros arranjos familiares como a família monoparental na qual a mulher ou o homem quem assume a chefia do domicílio sem companheiro para dividir as responsabilidades e manutenção da casa. É neste sentido que Simões (2009, p. 187) exemplifica os diversos arranjos de família sendo eles: “família natural, reconstituída, substituta ou adotiva e monoparental”. Ainda, de acordo com o mesmo autor (2009, p. 187):

As transformações ocorreram, também, nos valores e representações simbólicas, com o aumento da tolerância da sociedade com as uniões informais, os filhos nascidos fora do casamento, à relativa aceitação moral do divórcio, maior flexibilidade dos papéis dos membros da família, com a inserção da mulher no mercado de trabalho, [...].

Os papéis sociais nas famílias hoje possuem diferenciações, pois as mulheres saem para o trabalho e os homens muitas vezes ficam em casa e cuidam da casa e dos filhos.

Segundo Kauloustian (1994, p.21):

A nova definição constitucional de família, tornando-a mais inclusiva e sem preconceitos; a igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres na sociedade conjugal; a consagração do divórcio; a afirmação do planejamento familiar como decisão do casal; e a previsão da criação de mecanismos para coibir a violência no interior da família são o resultado das lutas feministas junto aos legisladores constituintes.

Assim a concepção de família contemporânea deve ser compreendida como uma instituição que tem suas normas, valores, crenças, ideologias e

costumes, entende-se também que esta instituição é formada por pessoas que se unem sejam por vínculos afetivos ou de sanguinidade.

Nesse sentido podemos compreender inúmeras mudanças na conjuntura familiar, seja relacionada a gênero, sexualidade, papéis sociais que estão associados à conjuntura sócio, econômica, política e cultural da sociedade predominante hoje especialmente a partir das mudanças na década de 1990, onde ocorre um aprofundamento das desigualdades sociais e exclusão social diante as profundas mudanças trazidas pela reestruturação do capital, nas quais as famílias brasileiras enfrentam o crescente empobrecimento articulado as precárias condições de vida e de trabalho enfrentando as diversas formas de violação de direitos, através do desemprego, do rebaixamento dos salários, do trabalho precário e informal.

No entanto, estes fatores acima mencionados refletem diretamente na organização familiar levando as enfrentar os mais diversos tipos de vulnerabilidades e fragilidades e assim encontrando dificuldades para cumprirem seu papel no âmbito da reprodução social.

Assim, quando se tem um olhar para a conjuntura sócio econômica predominante hoje, na qual, o Estado busca sair de cena especialmente no trato as questões sociais, sendo estas assumidas pela sociedade civil e mercado cujo este último tem por maior preocupação o lucro. Nesse sentido podemos indagar até que ponto a família pode assumir encargos que deveriam pertencer ao poder público e ao Estado, no entanto diante deste contexto que buscamos destacar a importância das políticas públicas e a visibilidade que as famílias devem ter nos programas sociais, de forma que estes programas sejam desenvolvidos levando em conta as novas configurações da questão social no país, assim como a forma nas quais as famílias vem se organizando.

Segundo Alencar (2006, p. 63):

Há que se chamar atenção, também, para o fato de que na última década a família tornou-se elemento central da intervenção das políticas de assistência social. Sobre isto, é importante lembrar que a LOAS considera como objetivo a proteção à família, e a determina como um dos focos de atenção da política de assistência social. Em suma, a proteção à família se tornou uma estratégia a ser considerada pela política de assistência social, enquanto alvo privilegiado dos programas sociais, e é nesse sentido que se tem a articulação de alguns programas, de garantia de renda mínima, por exemplo, que toma a família como unidade de intervenção.

Portanto, buscamos trazer de forma breve uma discussão em torno da família e seus novos arranjos neste contexto que contempla um Estado mínimo com uma política Neoliberal, que reflete no cotidiano das famílias aqui estudada, que necessitam e recorrem a programas de transferência de renda para auxílio no sustento e manutenção da família. Como sustenta Mito (2006, p.57):

Isto implica construir um novo olhar sobre as famílias e novas relações entre elas e os serviços. Esta construção necessita ser realizada no âmbito de todos os serviços, que têm como responsabilidade a implementação de programas relacionados à orientação e ao apoio sociofamiliar. Assim, o trabalho está apenas começando.

Assim é nesse sentido que apontamos os programas de transferência de renda como espaços potenciais para realização de trabalhos socioeducativos com famílias, com objetivo de atingir mudanças significativas na realidade social de cada uma destas, que vivenciam as diversas expressões da questão.

4 PERFIL DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA RENDA CIDADÃ

Buscando discutir a atuação do Assistente Social no campo sócio assistencial mais especificamente junto as famílias do Renda Cidadã, buscou-se levantar dados para a construção de um diagnóstico social que demonstre o perfil das famílias que compõem este programa, afim da execução de um trabalho socioeducativo que resulte em mudança na vida destas famílias que não pode estar dissociado de um conhecimento de sua realidade.

Então neste item será apresentado o perfil das famílias beneficiárias do Programa Renda Cidadã, dos campos de estágio referente aos municípios de Álvares Machado (Divisão Municipal de Assistência Social – Órgão Gestor), Martinópolis (Programa Espaço Cidadão) e Santo Anastácio (Centro de Referência de Assistência Social – CRAS).

O perfil das famílias será apresentado através de gráficos, com o intuito de identificar quem são essas famílias e sustentar a problematização frente à necessidade de elaboração de trabalhos socioeducativos com objetivos pré-

definidos, planejados através de um processo de gestão, e não ações fragmentadas e distantes da realidade social dessas famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

4.1 Perfil das Famílias do Município de Álvares Machado

Para apresentar o perfil das famílias beneficiárias do Programa Renda Cidadã, é importante em primeiro momento apresentar as características deste município, visto que, Álvares Machado possui de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE uma população de 23.779 mil habitantes, constituindo assim como é sustentado pela Política Nacional de Assistência Social município de Pequeno Porte 2¹⁰.

De acordo com a Norma Operacional Básica NOB/SUAS (2005) os municípios estão habilitados em três níveis de gestão sendo elas: Gesta Inicial, Básica e Plena, desta forma o município de Álvares Machado está habilitado em Gestão Básica¹¹, no qual, o mesmo possui um Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, proteção social básica e um Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, proteção social especial.

O Programa Renda Cidadã no município de Álvares Machado teve início em 27/09/2001, atualmente o município possui 208 vagas para o programa, sendo estas divididas em três polos CRAS com 61 vagas, Parque dos Pinheiros e Jardim Panorama com 79 vagas e Centro com 68 vagas, pelo qual, este último é referenciado pelo Órgão Gestor e campo de estágio de uma das integrantes do grupo.

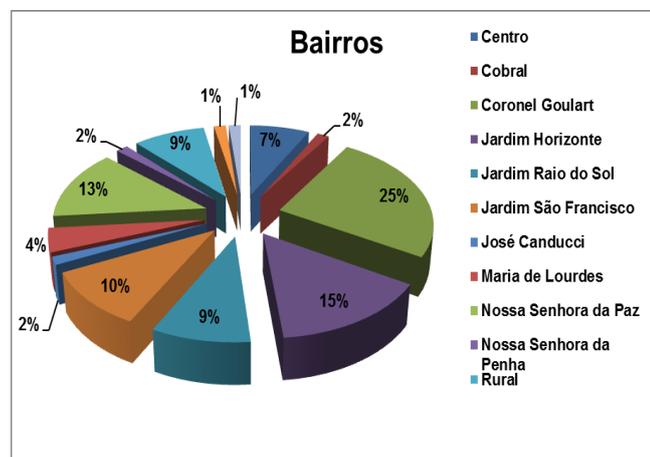
A Divisão Municipal de Assistência Social/Órgão Gestor como fora mencionado acima das 208 famílias beneficiadas pelo programa no município, esta acompanha 68 famílias desse universo.

¹⁰ Municípios de pequeno porte 2 – entende-se por município de pequeno porte 2 aquele cuja população varia de 20.001 a 50.000 habitantes. Política Nacional de Assistência Social (2004, p.39).

¹¹ Gestão Básica: Nível onde o município assume a gestão da proteção social básica na assistência social, devendo o gestor, ao assumir a responsabilidade de organizar a proteção básica em seu município, prevenir situação de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições. Por isso tem que se responsabilizar pela oferta de programas, projetos e serviços socioassistenciais que fortaleçam vínculos familiares e comunitários; que promovam os beneficiários do Benefício de Prestação Continuada – BPC e transferência de renda e que vigiem direitos violados no território. (NOB/SUAS, 2005, p. 26).

Portanto, cabe ao município de forma descentralizada realizar as ações complementares, no caso de Álvares Machado estas ações se manifestam em sua maioria com reuniões socioeducativas com a presença de palestrantes que abordam diversos temas.

A coleta de dados para produzir o perfil destas 68 famílias fora levantado no mês de setembro, por meio da utilização de fontes secundárias que são os cadastros das famílias que ficam s da Divisão de Assistência Social, assim constatamos que estas famílias estão localizadas de acordo com o gráfico abaixo nos seguintes bairros:



Fonte: Divisão Municipal de Assistência Social.

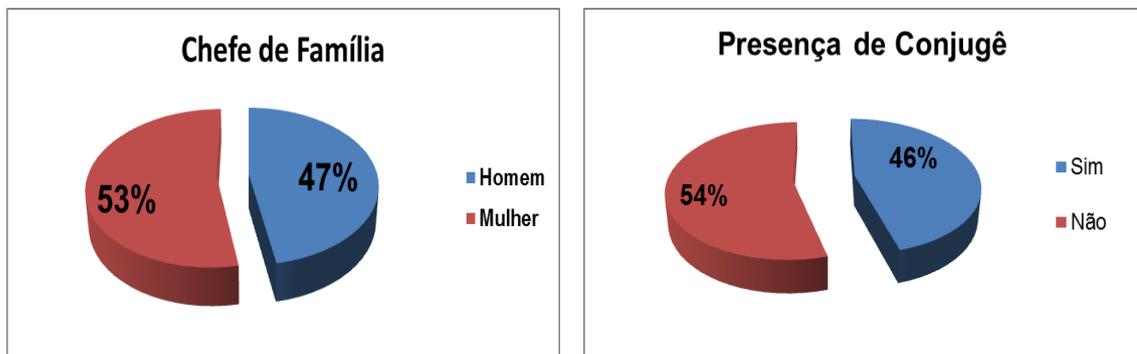
As 68 famílias do Programa Renda Cidadã que compõe o núcleo do Órgão Gestor, estão localizadas nos respectivos bairros acima demonstrado no gráfico, cabe destacar os dois bairros com maior percentual de famílias que estão associadas ao programa são Coronel Goulart com 25% das vagas e Jardim Horizonte com 15% de vagas, ambos junto compõem 40% das vagas deste universo pesquisado de 68 famílias. Nestes dois respectivos bairros as famílias encontram-se em situação de vulnerabilidade social, em decorrência de demandas como: o crescente percentual de violência e drogadição/uso de droga; trabalho informal; desemprego e subemprego; outra demanda ao que tange especificamente ao bairro de Coronel Goulart este é um distrito, pelo qual a sua localização encontra-se distante do centro do município, dificultando assim o acesso das famílias a bens e serviços.

Os bairros de forma geral são cobertos pelo sistema de saúde com a presença de PSF, UBS e a própria Santa Casa do Município, e também pelo sistema

educacional com a presença de escolas próximas, por vezes o bairro que não tem escolas em sua proximidade é oferecido o transporte para crianças e adolescentes, em referência a assistência social todas as famílias que compõem esses bairros são atendidas pelo órgão gestor.

Nessa direção, é que apontamos como é importante conhecer a localização, a territorialidade, ou seja, a realidade social onde as coisas acontecem, bem como dinâmica vivenciada por cada família.

De fato que, essa dinâmica familiar nessa sociedade contemporânea é composta por diversos arranjos de família, como já fora discutido, dado este que fica mais evidente com o gráfico abaixo.



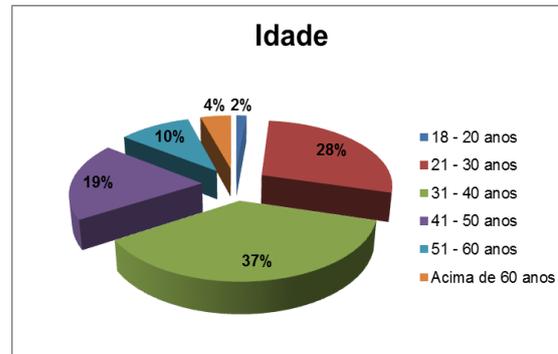
Diante os dados apresentados neste gráfico torna-se mais claro os novos arranjos da família hoje e a redefinição dos papéis sociais, com 53% de mulheres chefe de família que corresponde a um total de 36 mulheres, no qual, temos nesta sociedade contemporânea vários tipos de organização familiar dentre elas a monoparental. Como sustenta Alencar (2006, p.64):

Na maioria das vezes, a responsabilidade recai sobre as mulheres, tornando-as responsáveis pelo cuidado dos filhos menores, dos idosos, doentes e deficientes, sobrecarregando-a ainda mais, considerando-se que grande parte das famílias são chefiadas por mulheres.

A mulher como está apresentado no gráfico acima é maioria, esta é responsável pelo sustento e cuidado da casa e em diversas situações exerce dupla ou até tripla jornada de trabalho, este é um dado que envolve também a questão de gênero, uma vez que apesar da evolução da mulher nessa sociedade capitalista, esta ainda possui salários mais baixos com relação ao sexo masculino e ainda

enquanto chefe de família possui suas obrigações de dona de casa, mãe e responsável pela manutenção e sustento da casa.

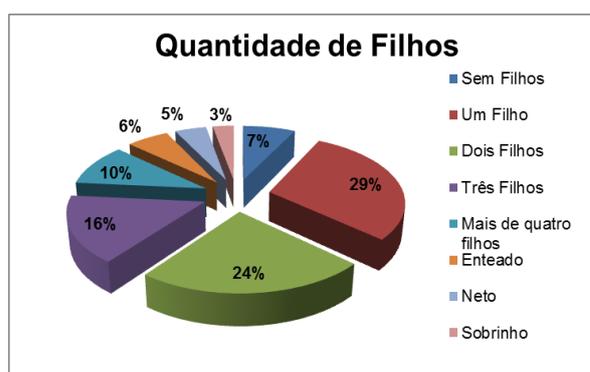
A faixa etária correspondente destas famílias é:



A idade que prevalece dos chefes de família como está apresentado acima é de 31 a 40 anos de idade representando assim 37%, e de 21 a 30 anos de idade representa 28% dos chefes de família, que corresponde aos dois percentuais maiores.

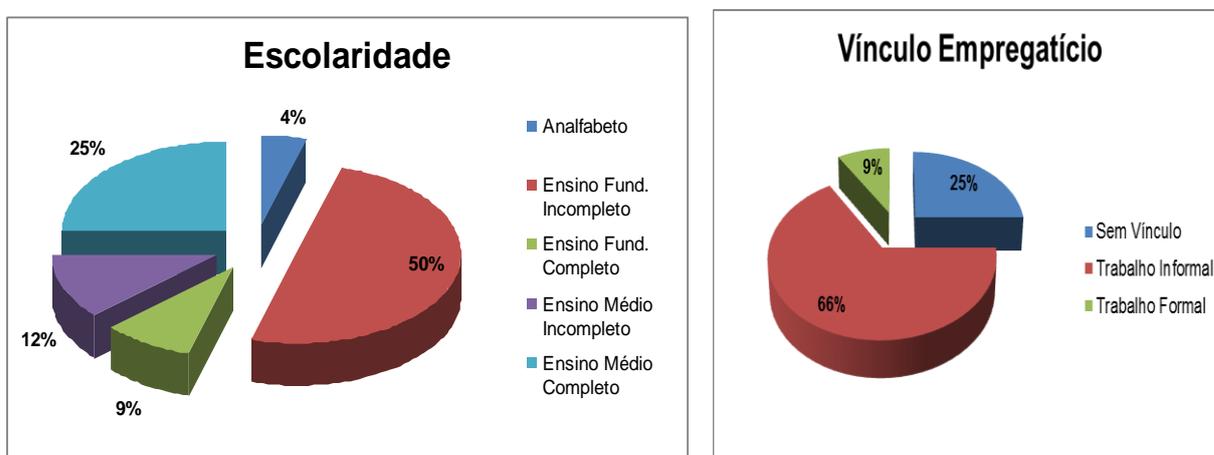
Sob um análise pela lógica desta sociedade capitalista estes dois percentuais compõe idade produtiva de 21 a 40 anos de idade tendo-se assim um percentual 65% dos chefes de família que fazem parte do Programa Renda Cidadã que estão em idade produtiva e fazem parte da sociedade ativa, ou seja, idade de estarem inseridas no mercado de trabalho e ou nos estudos. Assim, são famílias que estão em idade produtiva, portanto que deveriam estar inseridas no mercado de trabalho, porém ao decorrer desta análise logo a seguir fica demonstrado que não é bem isso o que acontece na realidade social destas famílias.

Os dados apontam também para a questão da quantidade de filhos por família, pelo qual, de acordo com o próximo gráfico, a quantidade de filhos é:



Diante estes dados fica evidente a quantidade de filhos por família, com destaque para os 29% com um filho e 24% com dois filhos, assim consideramos que são famílias que não possuem bastantes filhos, e além da questão da filiação obtemos dados como presença na composição familiar de enteado, neto e sobrinho, no momento da coleta de dados a principio o foco era somente a quantidade de filhos, porém, em decorrência dos diversos arranjos familiares como já fora citada, esta pesquisa acabou por identificar e quantificar também: enteado, neto e sobrinho. No que tange a questão de filhos dentre os maiores percentuais a quantidade varia de 1 a 3 filhos, considerando assim que estas famílias não se caracterizam como numerosas, pelo qual, direcionamos este dado como conseqüente também da diversidade de métodos contraceptivos e a disponibilidade de acesso a estes nos centros de saúde.

Ademais, como podemos ressaltar a condição de vulnerabilidade social vivenciada por estas famílias se intensifica ao analisar os gráficos a seguir, ao que tange a escolaridade e o vínculo empregatício.



Sob uma análise mais crítica, os dados acima apresentam informações muito significativas que nos proporciona um conhecimento para além do aparente e uma compreensão dos fatores que influenciam ao nível de vulnerabilidade social vivenciado pelas 68 famílias pesquisadas.

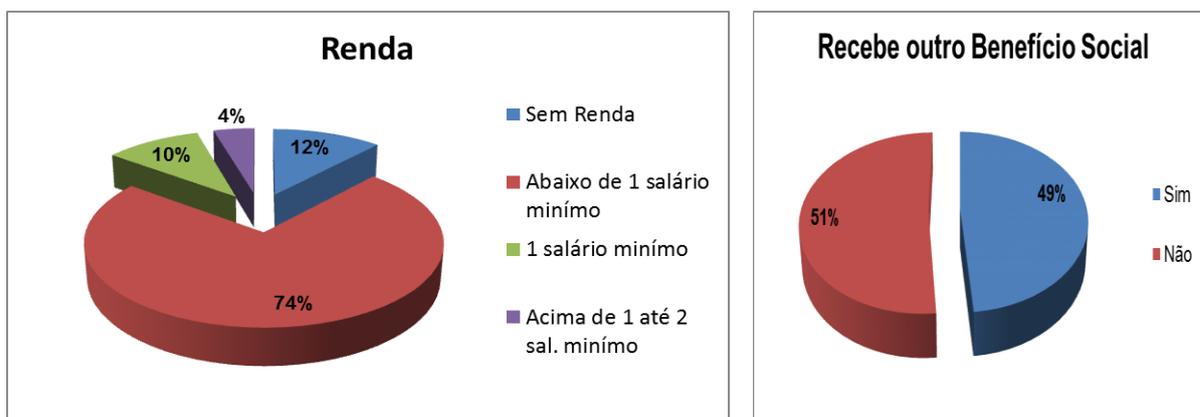
Ao grau de instrução escolar chamamos atenção para os 50% que não possuem ensino fundamental completo que estudaram desde a 1ª série até a 8ª série do ensino fundamental incompleto de acordo com os dados obtidos, ressaltamos também os 4% de analfabetos que compõe estes dados de escolaridade, no qual, como ficaram demonstrado estas famílias possuem baixo

grau de instrução escolar, dado este que dificulta a inserção ao mercado de trabalho formal.

Como podemos observar, temos 25% dessas famílias que não possuem renda derivada do mercado de trabalho (emprego), ou seja, famílias que vivenciam situação de desemprego, e 66% que compõe a esfera informal do mercado de trabalho com a presença dos subempregos e tarefas não definidas. Estas famílias realizam diversas atividades de forma temporária sem uma renda fixa, em sua maioria o trabalho executado é remunerado por dia, não permitindo assim, a clareza de renda per capita que a família possui em virtude desta dinâmica de cada dia trabalhar em um local e execução de várias atividades.

Porém, trazemos para reflexão: a baixa escolaridade, a situação de desemprego e a vivencia do trabalho informal; para uma reflexão acerca que estes são fatores que estão interligados, um influência ao outro, uma vez que a baixa escolaridade reflete na busca por uma vaga de emprego, em virtude das relações capitalistas cada vez mais acirradas, a presença da competição e individualismo, a necessidade de mão de obra polivalente e especializada, para trabalhar com as diversas máquinas e inovações tecnológicas exige indivíduos para trabalhar com alto índice de instrução escolar e especializações.

Como percebemos, as consequências desta sociedade capitalista que produz a concentração de renda, desigualdade social, competição e individualismo, consequências estas que perpassam também pela realidade do município de Álvares Machado, mesmo este sendo um município de pequeno porte 2, e especificamente as 68 famílias aqui pesquisadas enfrentam estas consequências como percebemos através dos dados referentes a baixa escolaridade, a presença intrínseca do trabalho informal e a renda como será apresentado no gráfico abaixo.



Ao tange a renda das famílias pesquisadas 12% não possuem renda alguma derivada do mercado de trabalho, estas sobrevivem dos benefícios de transferência de renda como o Renda Cidadã, Bolsa Família e Ação Jovem, esta afirmação é verificável em análise ao gráfico que corresponde ao percentual de famílias que são beneficiárias por outros programas de transferência direta de renda, no qual, temos 49% que sim, ou seja, que equivale a 33 famílias que são beneficiárias além do Renda Cidadã, pelos programas Ação Jovem, do Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada – BPC.

Outro dado que merece destaque é os 74% das famílias que detém renda mensal abaixo de 1 salário mínimo, ou seja, 50 famílias que possuem uma renda que varia de R\$100,00 a R\$450,00 reais. Consideramos, que este dado está interligado a baixa escolaridade, ao percentual maior de famílias vivenciando o trabalho informal, uma vez que estes dados compõem um ciclo vicioso das consequências advindas desta sociedade capitalista e deste modelo Neoliberal.

Dados estes que se complementam ao analisar a diversidade de ocupação profissional dessas 68 famílias de acordo com a tabela a seguir:

Ocupação Profissional	
Babá	1
Segurança	1
Cabeleireiro (a)	1
Desempregado (a)	16
Diarista	7
Encostado (a)	1
Faxineira	11
Garçom	1
Lavador de Carro	1
Marcineiro	1
Manicure	2
Margarida	1
Movimentador de Mercadoria	1
Pedreiro	1
Pintor	1
Reciclagem	1
Servente de Pedreiro	4
Serviço Geral	1
Servidor Geral	2
Trabalhador Rural	12
Vendedor Autônomo	1
TOTAL DE FAMÍLIAS	68

Esta tabela apresenta a ocupação profissional das 68 famílias do Programa Renda Cidadã acompanhadas pela Divisão de Assistência Social do município de Álvares Machado, esta evidencia a diversidade de ocupações que é face das transformações no mundo do trabalho, com a presença do trabalho informal como já fora mencionado, a presença dos subempregos e trabalhos temporários, de acordo com o próprio relato das famílias muitas destas sobrevivem de “bicos”, de forma mais simples são o trabalho por dia, sem vínculo empregatício, que não possui frequência diária, como as próprias famílias relatam, elas trabalham o dia que tem serviço e quando não tem ou chove, estas não tem trabalho.



A situação habitacional é composta pela maioria com 35% das famílias que residem em casas alugadas, é interessante também destacar a presença de 34% de situação habitacional cedida de acordo com falas das famílias, “as casas são cedidas pelos familiares”, assim temos a maioria com 69% das famílias que não possuem casa própria, e muito embora apenas 29% possuem residência própria. Desta forma, destacamos que estas famílias utilizam em sua maioria a transferência de renda para pagar ou auxiliar no valor do aluguel.

[...] a pertinência em analisar o impacto das transformações econômicas e sociais nas condições de vida da classe trabalhadora através da família se deve a centralidade que esta ocupa no âmbito da sobrevivência material. De fato, as condições de vida dos indivíduos dependem, em grande parte, da inserção social de todos os membros da família, sendo nela que se articulam as mais diversas formas de alternativas para superar as situações de precariedade social, diante do desemprego ou inserção precária no mundo do trabalho. (ALENCAR, 2006, p.61)

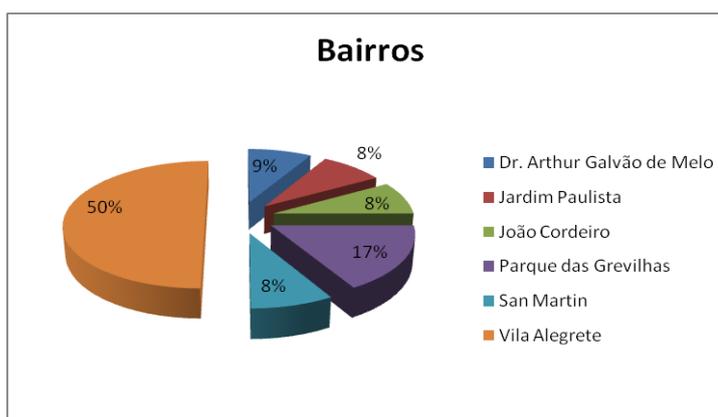
Diante esta análise se verificou que estas 68 famílias beneficiárias do Programa Renda Cidadã referenciadas pelo Órgão Gestor deste município,

vivenciam as consequências da reforma do Estado e das transformações capitalistas.

4.2 Perfil das Famílias do Município de Martinópolis

O município de Martinópolis foi fundado em 29 de janeiro de 1938, de acordo com o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2000) este possui uma população de 22.346 mil habitantes. É classificado como um município de Pequeno Porte 2.

Em um universo de 40 famílias beneficiadas pelo Programa Renda Cidadã do município de Martinópolis, foram selecionadas 12 de forma aleatória, que representa 30% deste universo.



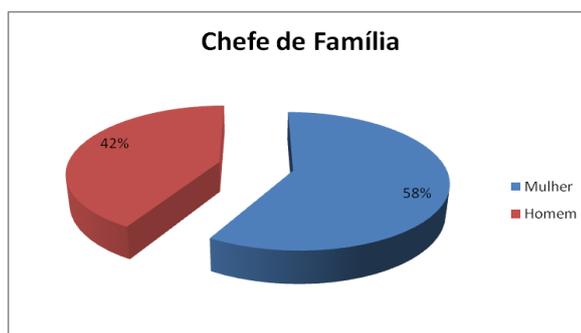
Ao que tange o gráfico acima e de acordo com o percentual de famílias pesquisadas, os bairros que apresentam o maior número de famílias associadas ao programa renda cidadã, é a Vila Alegrete com 50% e o Parque das Grevilhas com 17%. Este dois bairros representa um número significativo de famílias que vivenciam um processo de vulnerabilidade e risco social em decorrência do desemprego, da desqualificação profissional, habitações precárias, alcoolismo e drogradição.

Mas cabe destacar, que existe no município de Martinópolis programas, entidades que prestam serviços à comunidade destes bairros e de outros, nas mais diversas áreas. Como o referido Programa Espaço Cidadão, um CRAS, o Departamento de Assistência Social, dois Centro de Atenção Psicossocial – CAPS: sendo um de álcool e drogas.

Quanto ao Programa Espaço Cidadão, este tem por propósito a inclusão de crianças e adolescentes na faixa etária de 6 a 18 anos, em atividades socioeducativas, lúdicas, além das atividades de ginástica olímpica, dança, capoeira, informática, pintura em tela, artesanato entre outras, em período alternado ao da escola, com a finalidade de oferecer serviços voltados ao desenvolvimento e a socialização da criança e do adolescente, este espaço atende também a família destes, com o programa de transferência de renda; Renda Cidadã, na qual atualmente conta com 40 famílias beneficiadas.



No qual 34% das famílias inseridas no Programa Renda Cidadã do município de Martinópolis possuem casa própria e 33% moram em casas alugadas, vemos assim que muitas famílias acabam utilizando o benefício do programa para ajudar a pagar o aluguel.

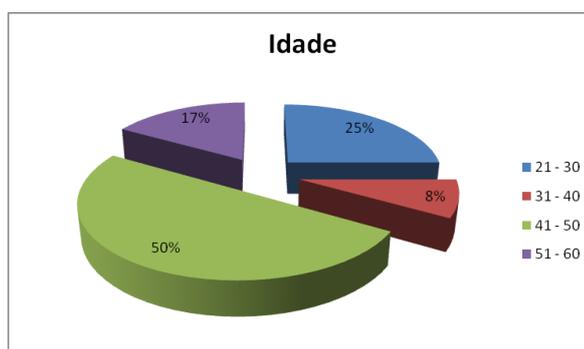


Uma característica marcante no programa renda cidadã é que, grande parte das famílias são chefiadas por mulheres, como está posto no gráfico acima 58% são chefe de família, ou seja, são responsável pelo domicílio. A observação deste dado nos permite afirmar que bem diferente de algumas décadas atrás, hoje

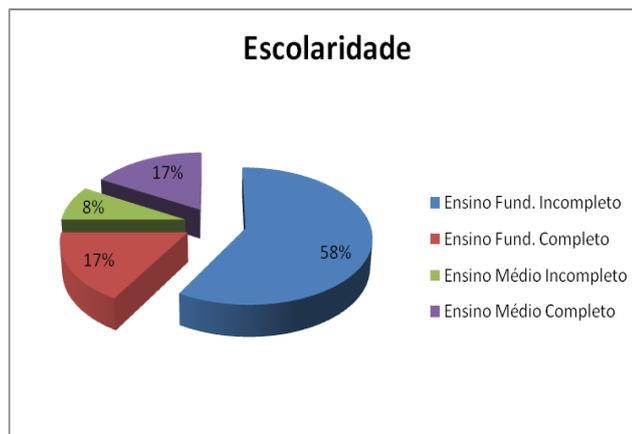
existe uma maior participação da mulher no mercado de trabalho e até mesmo no cenário político, mesmo que ainda exista o preconceito. Estas mudanças são decorrentes dos novos arranjos familiares, sendo algo expressivo a família monoparental.

Como sustenta Ferrari e Kaloustian (1998, p. 12): “A família, enquanto forma específica de agregação, tem uma dinâmica de vida própria, afetada pelo processo de desenvolvimento sócio-econômico e pelo impacto da ação do Estado através de suas políticas econômicas e sociais”. Ainda de acordo com os mesmos autores: “tem-se verificado, [...], um aumento das famílias monoparentais, em especial aquelas onde a mulher assume a chefia do domicílio [...]”. Ou seja, neste atual contexto socio-econômico é a mulher que esta sendo a provedora do lar.

Deve-se destacar também que existem aquelas famílias que são chefiadas por mulheres, mas que possuem companheiro, entretanto no momento encontra-se em situação de desempregado.

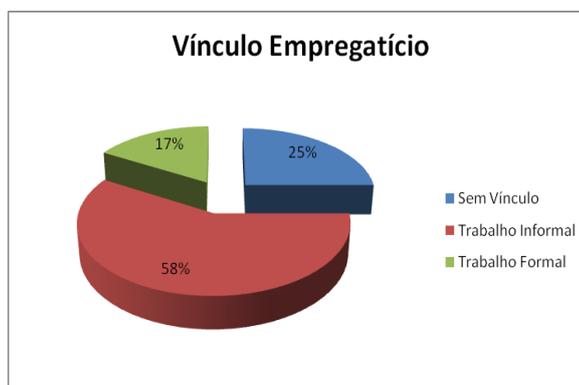


Em análise aos dados obtidos, destaca-se que a maior faixa etária das pessoas que recebem o benefício do programa renda cidadã no município de Martinópolis é de 41 a 50 anos de idade que corresponde a 50%. Tendo em vista que dos 20 aos 40 anos de idade é uma uma faixa etária que compõe a idade produtiva, ou seja, de estar inserido no mercado de trabalho. Temos um percentual significativo de pessoas que estão fora desta idade produtiva. Cabe ressaltar que, muito embora a sociedade esteja revendo seus conceitos ao que se refere que a partir dos 40 anos a pessoa não esteja mais “ativa” para estar trabalhando, ainda existe o preconceito e somado a questão da idade, outro fator que dificulta a admissão no mercado de trabalho é a baixa escolaridade. Como podemos analisar no gráfico abaixo.

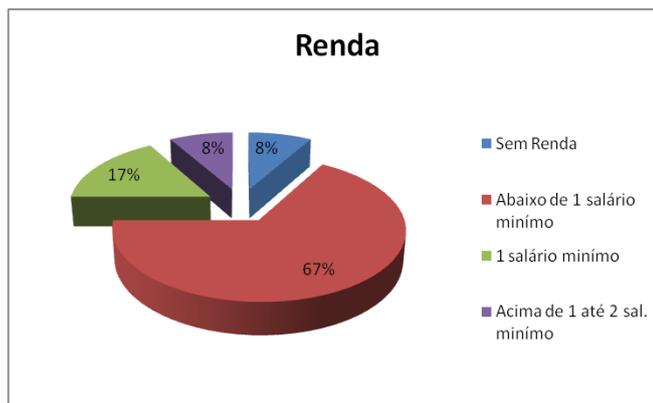


Em termos de escolaridade, o maior contingente 58% cursaram o Ensino Fundamental Incompleto, o que conseqüentemente acarreta uma grande dificuldade de inserção dessas pessoas no mercado de trabalho formal, visto que no atual contexto econômico são grandes as exigências para se conseguir um trabalho.

E este baixo índice de escolaridade das famílias, sobrevém da necessidade de adentrar ao mercado de trabalho, sem antes ter concluído os estudos, para ajudar ou prover no sustento da casa. Como conseqüência estes indivíduos encontram-se inseridos na realidade de um mercado informal, no subemprego, como demonstra o gráfico a seguir.



A predominância do vínculo empregatício é o trabalho informal com 58%, sendo esta a situação do provedor da família no mercado de trabalho. Na qual realiza as mais diversas atividades, dentre elas: diaristas, serviços gerais, servente de pedreiro, manicure, consistindo destes serviços que não exige uma qualificação profissional, que estas pessoas obtêm o sustento da família, que na maioria das vezes é o mínimo para sobrevivência.



Assim, somados a baixa escolaridade, mais a inserção em um trabalho informal, temos como consequência 67% das famílias com renda inferior a 1 salário mínimo. Assim, percebemos que as exclusões sociais, econômicas, culturais e a pobreza são resultados da economia neoliberal, na qual grande parte da população vive na miséria, excluídas, a mercê, não tendo nem o mínimo necessário para sobrevivência.

Destacamos a ocupação profissional dessas famílias na tabela abaixo:

Ocupação Profissional	
Aposentadoria por Invalidez	1
Desempregada	2
Diarista/Faxineira	2
Manicure	1
Pedreiro	1
Pintor	1
Servente de Pedreiro	1
Serviços Gerais	2
Vendedor Autônomo	1
Total de Famílias	12

Ao analisar a tabela, confirmamos a realidade dessas famílias que em sua maioria não possuem uma atividade específica, expressando a atual realidade com o popular “bico”. Neste cenário atual com taxas elevadas de desemprego e a precarização do emprego, o resultado é a expansão e agravamento da pobreza.

Como sustenta Mendes et al (2006, p. 30):

A crescente pobreza está associada ao fenômeno do desemprego estrutural e a própria degradação do mundo do trabalho, pois as relações de trabalho são flexibilizadas, expulsando os incapazes de adaptação às regras do jogo; ocorrem as subcontratações sob

condições precárias (menos protegidas e com restrição de direitos). [...].

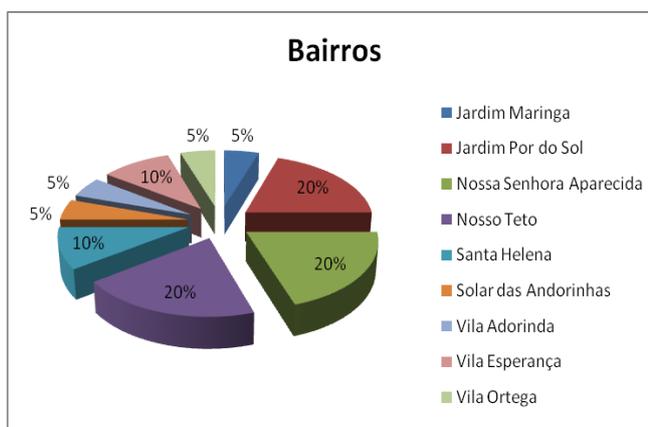
Assim, cada fator de baixa escolaridade, trabalho informal, baixa renda, e os demais que foram aqui apresentados, revela o contexto socio-econômico que estas famílias vivenciam, que as levam a procurarem pelos programas de transferência de renda.

4.3 Perfil das Famílias do Município de Santo Anastácio

Os dados extraídos do município de Santo Anastácio foram levantados no CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) implantado no município recentemente que realizou um trabalho socioeducativo junto às famílias do Programa Renda Cidadã, na qual, abrangem vários bairros compreendidos como de vulnerabilidade social.

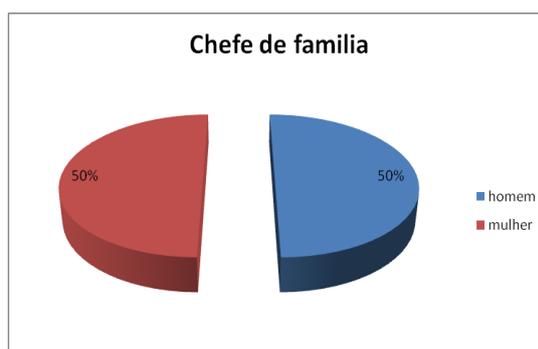
Os dados levantados são relativos ao mês de junho de 2010, quando o CRAS foi implantado até outubro de 2010. A amostra realizada ocorreu com 30% das famílias que representam um total de 20 (vinte) famílias de universo de 65 famílias. Os dados levantados referem-se: a localização (bairros), chefe de família, idade do chefe de família, escolaridade do chefe de família, se tem companheiro, escolaridade deste, número de pessoas residindo na casa, quantidade de filhos, ocupação profissional, vínculo empregatício, renda familiar e situação habitacional.

No entanto através dos gráficos podemos demonstrar que:



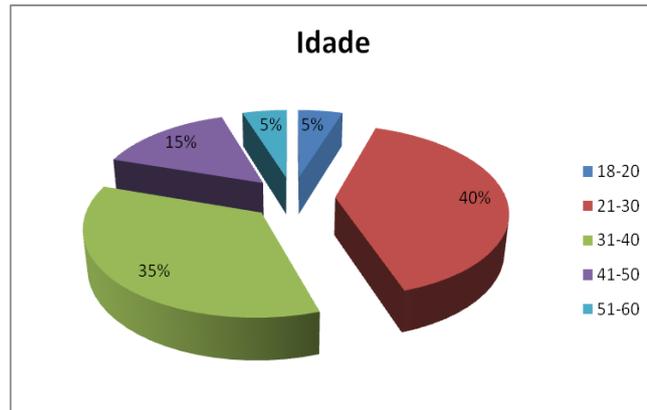
Os bairros demonstrados no gráfico são bairros pertencentes à área de abrangência do CRAS e entre estes podemos perceber que grande parte das

famílias inseridas no Programa Renda Cidadã estão localizadas nos bairros Por do Sol (20%), Nossa Senhora Aparecida (20%), Nosso Teto (20%), Santa Helena (10%) e Vila Esperança (10%). Estes bairros têm sua localização afastada do centro da cidade e alguns destes apresentam índices de criminalidade e violência tornando assim as famílias mais vulneráveis



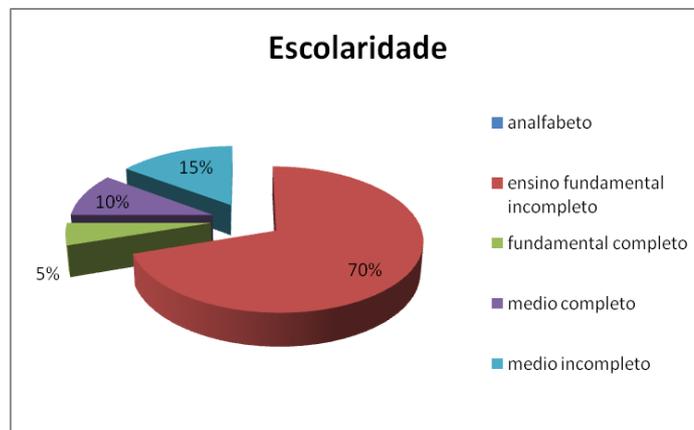
Como podemos observar metade das famílias são chefiadas por homens (50%) e outra metade por mulheres (50%) estes dados demonstra as características da sociedade hoje, marcada por mudanças políticas, econômicas e sociais, nas quais, os papéis sociais entre homens e mulheres vêm passando por mudanças, uma vez que os homens deixam de ser o responsável pelo sustento das famílias sendo este papel exercido também pelas mulheres, até mesmo quando esta possui um companheiro.

No entanto a concepção de família tradicional vem sendo alterada e as separações conjugais passam a ocorrer com mais frequência tornando as famílias cada vez mais reduzidas, prevalecendo também à instituição familiar monoparental. Diante este contexto vivenciado pelas mulheres chefes de famílias, muitas crianças e adolescentes ficam desamparados e mais vulneráveis sejam ao trabalho para ajudar no sustento da família, a evasão escolar ou mesmos a riscos que podem ser provocados no âmbito familiar por ficar sozinho em casa. Hoje também muitas famílias são reconstituídas por outros casamentos ou outros arranjos familiares entendendo por famílias aquelas que possuem vínculos afetivos e nem sempre vínculos de consangüinidade.



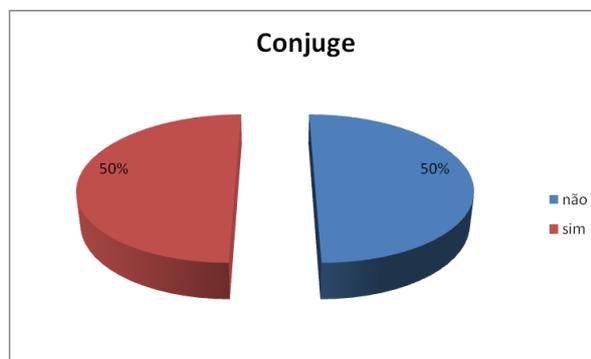
Como podemos observar a idade dos chefes de família são bastante diversificadas, porém temos um número significativo com a faixa etária entre 21 e 30 anos (40%) e entre 31 e 40 anos representando (35%) que são faixas etárias predominante ativas, nas quais deveriam estar inseridos no mercado de trabalho.

No entanto podemos observar que algumas pessoas assumem responsabilidades no âmbito familiar ainda jovens, muitas vezes impossibilitando a conciliação entre provimento do sustento da família e estudos, nas quais levam a desistirem dos estudos, tornando a inserção no mercado de trabalho ainda mais difícil.

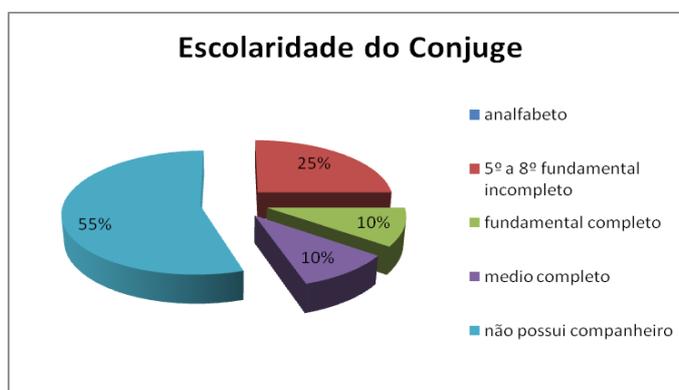


Através dos dados levantados podemos observar que (70%) destas famílias não conseguiram concluir o ensino fundamental o que representa um dado bastante preocupante e explica a grande dificuldade que as mesmas encontram para a inserção no mercado de trabalho que se torna cada vez mais exigente, ficando assim excluídas não apenas do trabalho, mas das condições mínimas de garantir seu sustento.

No entanto diante deste dado assustador relacionado à baixa escolaridade podemos observar que os habitantes com ensino médio completo são quase mínimos (10%).



Diante os dados levantados podemos observar que a uma igualdade entre os chefes de família que possuem companheiro e os que não possuem, porém mesmo diante desta igualdade as mulheres chefes de família sem companheiro exercem uma sobrecarga no sustento da família, já que a mesma é quem acaba exercendo tais funções para a sobrevivência dos filhos e familiares.

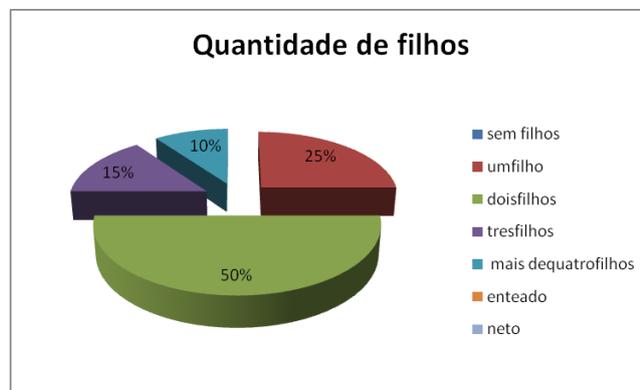


Podemos constatar que grande parte das famílias que possuem companheiro (45%) o mesmo apresenta baixo nível de escolaridade (25%) não concluíram o ensino fundamental, evidenciando assim a baixa renda, assim como trabalho sem vínculo empregatício, pelo qual, implica em dificuldades para a inserção no mercado de trabalho. Nesse sentido também podemos observar que grande parte das famílias são chefiada por mulheres sem cônjuge cerca de (55%) das famílias pesquisadas, isto evidencia as novos arranjos familiares que vem se

constituindo, assim como as mudanças que refletem no papel da mulher, nas qual, esta vem provendo os cuidados e sustento das famílias.



Podemos observar que diante o contexto sócio econômico que a sociedade vivencia hoje, as famílias apresentam formações pequenas, apresentando números de filhos reduzidos como podemos observar (40%) com 3 pessoas, (30%) com 4 pessoas e (10%) com 5 e 2 pessoas.



O número de filhos destas famílias é pequeno, fator que se deve a queda de fecundidade, através do uso de métodos contraceptivos essas são algumas das características da organização familiar predominante hoje, nas quais, podemos observar um número significativo de famílias com dois filhos (50%), enquanto (25%) possuem apenas 1 filho e (15%) 3 filhos, normalmente estes quando em idade escolar são inseridos na mesma sejam mediante critérios para a participação dos programas governamentais ou diante as conquistas do ECA que busca garantir os direitos de crianças e adolescentes a educação.

No entanto a família na vida da criança e do adolescente exerce papel fundamental enquanto instituição primária de socialização e cuidados, e quando essa função social não é cumprida pelas famílias seja através da falta de acesso a saúde, educação, alimentação, higiene estes aspectos podem levá-las a tornarem mais vulneráveis a alguma violação de direitos dos seus membros ou fragilização dos vínculos familiares. Nesse sentido, para que as famílias possam exercer tal função também precisa ser cuidada e protegida cuja função deve ser exercida especialmente pelo Estado, ao oferecer as mesmas o acesso para que estas possam ter condições dignas de vida.

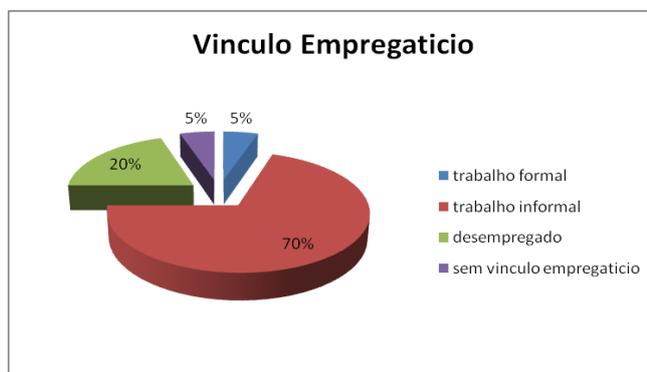


Diante os dados levantados observamos que grande parte destas famílias (30%), vive do trabalho precarizado e insalubre como os catadores de materiais recicláveis. Estas pessoas sobrevivem com renda baixíssima e precárias condições de vida. Tem-se também um número bastante significativo de pessoas que realizam trabalho de pedreiro e servente (25%), que exercem essas atividades sem vínculo empregatício denominados os chamados “bicos”.

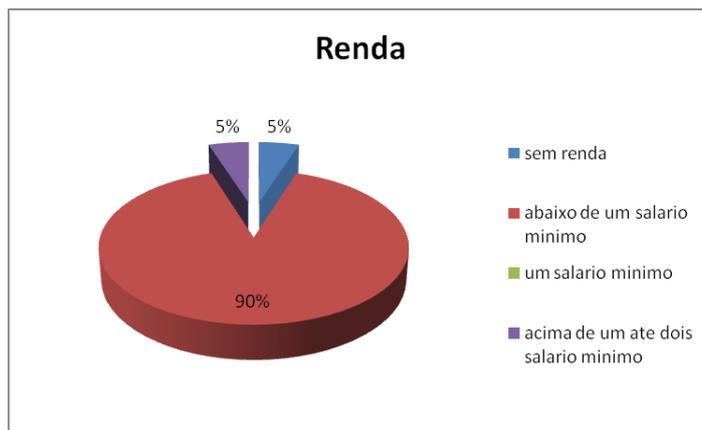
O número de trabalhadores desempregados também é um dado bastante relevante e preocupante (20%). No entanto, estes dados demonstram as características sócio econômica da sociedade brasileira e que reflete no município de Santo Anastácio, onde a desigualdade social emerge de forma crescente como demonstra o índice de Gini onde 20% das pessoas mais ricas no município se apropriam de 58,9 da renda, enquanto que um número muito maior 80% da população vivem apenas com 41,1 da renda, no entanto estes dados revelam uma discrepância com relação à renda, visto que, poucos vivem com renda alta e muitos habitantes com renda baixa repercutindo assim na vulnerabilidade vivenciada por muitas famílias.

No entanto, estes dados demonstram as dificuldades que muitas famílias enfrentam para a inserção no mercado de trabalho no município, esta questão está relacionada aos próprios aspectos históricos do município em que o trabalho em períodos que antecede aos dias de hoje estava voltado à agricultura ou criação de gado, porém hoje a agricultura no município é mínima repercutindo assim no desemprego, trabalhos sem vínculo empregatício, com a presença dos chamados “bicos” ou trabalhos temporários. Hoje no município diante as mudanças econômicas podemos destacar algumas empresas na produção de álcool, óleo, sal para animais e sementes para plantio, porém o trabalho oferecido não atinge o contingente de pessoas desempregadas, daí a necessidade de muitas famílias buscarem os serviços sócios assistências para manutenção das mesmas.

Desta forma estes dados que se refere à ocupação profissional pode também estar articulados a outros dados como analfabetismo, baixa escolaridade, vínculo empregatício e renda.



Podemos observar no gráfico um número significativo de famílias que exercem o trabalho informal, sem vínculo empregatício, fatores estes relacionados a elementos já citados e demonstrado em gráficos anteriores. Este número excessivo de pessoas que exercem o trabalho informal está articulado também ao contexto sócio econômico excludente, na qual, a sociedade está inserida, que para a perpetuação e ampliação do capital necessita desse exército de pessoas sobrando ou que podem facilmente ser substituídas, no entanto, essas são características da sociedade hoje e que reflete no município de Santo Anastácio.



A questão da renda apresenta um dado que chama atenção diante um elevado número cerca de (90%) das famílias pesquisadas vivendo com uma renda abaixo do salário mínimo. Dessa forma esta questão não está dissociada de fatores já citados como baixa escolaridade, analfabetismo, concentração de renda, baixa renda, aspectos estes que refletem também na situação de pobreza vivenciada por muitas famílias no município.

Todavia, sabemos que a questão da baixa renda pode repercutir nas condições de pobreza vivenciadas por muitas famílias, e que esta questão vai muito além da falta de acesso material, mas envolve também questões imateriais, nas quais, se amplia e se relaciona as necessidades daquelas pessoas que estão apáticas à situação nas quais estão inseridas e assim encontram dificuldades para saírem desta situação, sem perspectiva nenhuma de melhores condições para si e para os outros membros da família.



Embora os dados levantados demonstrem que grande parte das famílias apresenta moradias próprias cerca de (40%) das famílias analisadas, ainda

se tem alguns dados que demonstram a necessidade de uma política habitacional onde (30%) ainda residem em casas cedidas e (25%) em casa alugada.

No entanto falar das condições de vulnerabilidade vivenciadas por muitas famílias do município de Santo Anastácio é importante relacionar estes fatores aos aspectos sócio econômico da sociedade hoje, porém não menos importante buscar compreender as características do município, suas especificidades e seus nichos de mercado assim como o perfil desta população afim de que esses dados possam contribuir para as formas de intervenção profissional especialmente para atuação com as famílias, sejam no fortalecimento de seus vínculos, na busca por novos valores, na construção de um projeto de vida, mas com uma visão crítica ao compreender que a questão do trabalho é ampla e não depende apenas da intervenção dos Assistentes Sociais.

4.4 Análise dos Respective Perfis

Neste item buscamos fazer uma análise geral dos respectivos municípios de Álvares machado, Martinópolis e Santo Anastácio no âmbito do perfil das famílias beneficiárias pelo Programa Renda Cidadã. Destacamos que ao decorrer da análise qualitativa realizada com o perfil das famílias dos três municípios, compreendemos que são famílias que estão em condição de vulnerabilidade social e que necessitam de um acompanhamento mais próximo da política sócio assistencial e também necessitam de uma proteção de rendimento e acolhida como está disposta na Política Nacional de Assistência Social (2004).

Nesse sentido, a família deve se tornar referência central nos programas sociais, ganhar um lugar de maior visibilidade política, tornando-se alvo de políticas que realmente levem em consideração as novas configurações da questão social no país. (ALENCAR, 2006, p.64)

Através da análise dos três municípios, identificamos algumas semelhanças e diferenças nos perfis. No entanto, apesar dos respectivos municípios obterem características peculiares, identificamos no âmbito deste levantamento dos perfis das famílias beneficiárias pelo Programa Renda Cidadã, uma vez que identificamos que estas semelhanças são decorrentes dos critérios estipulados pelo próprio programa para selecionar as famílias, pois, observamos que são famílias que

vivenciam condições de vulnerabilidade social diante seu contexto como: mulheres chefes de família, baixa escolaridade, grande percentual do trabalho informal, renda baixa, situação habitacional com a presença elevada de casas alugadas e cedidas.

Portanto, apreendemos que são os três municípios possuem suas especificidades e suas particularidades, porém este levantamento do perfil das famílias nos proporcionou conhecer as semelhanças e diferenças que permeiam essas famílias.

5 A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO TRABALHO SOCIOEDUCATIVO COM AS FAMÍLIAS DO PROGRAMA RENDA CIDADÃ

O Programa Renda Cidadã compõe hoje a gama dos programas de transferência de renda presentes no Brasil, visto que, diante a realidade que estamos inseridos, cuja, sociedade contemporânea marcada pelo capitalismo e a política neoliberal, se faz necessário à criação e implantação de programas de transferência de renda, haja vistas que são para preencher parte da lacuna da crescente pobreza vivenciada hoje pelas famílias que é face da desigual distribuição de renda. Nesse sentido, os programas de transferência de renda vêm como uma resposta do governo para amenizar as situações de pobreza e miserabilidade compondo o sistema de proteção social.

Diante esta realidade que apresenta a emergência dos programas de transferência de renda, se implica também junto a estes a necessidade de trabalhos socioeducativos com as famílias beneficiárias pelos programas de transferência de renda, no caso aqui problematizado o Programa Renda Cidadã. Assim, para discutir sobre a necessidade e importância de realização de trabalhos socioeducativos com famílias, em primeiro momento é interessante compreender o que se designa como 'socioeducativo'.

O socioeducativo assume, conceitualmente, uma nova dimensão, pautada no planejamento e desenvolvimento de atividades que sejam libertadoras dos potenciais criativos [...], incentivando a independência, recuperando a autoestima, a capacidade transformadora, a discussão das possibilidades de inserção no mundo do trabalho, que tem o conhecimento produzido pela humanidade como mediação fundamental, articulado à riqueza dos saberes advindos da experiência individual e coletiva. Desse modo, o ato de pensar o fazer educativo, especialmente em torno de

conteúdos, significa pensar a construção da liberdade do homem, da luta por igualdade [...]. (MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, s.d., p.83-84).

Discutir o trabalho socioeducativo no âmbito do Programa Renda Cidadã é importante destacar que seus objetivos vão muito além da transferência de renda, pois quando as ações desenvolvidas ocorrem bem articuladas e sobre uma perspectiva crítica o trabalho socioeducativo pode propiciar resultados que podem ser efetivamente transformadores, ao possibilitar as famílias apreensão crítica da realidade, assim como também que os mesmos possam construir seus próprios caminhos para a efetivação de seus direitos, que se dá especialmente através da informação e participação apresentando mudanças na sociedade na qual estão inseridos.

Entretanto, abordar o trabalho socioeducativo este deve ser compreendido como ação intrínseca do Assistente Social, pois, este profissional com sua formação pautada em princípios éticos que lutam pela liberdade, igualdade, democracia, respeito às diferenças, cidadania, na qual, deve ser o norte para o conteúdo do trabalho socioeducativo junto às famílias.

O trabalho socioeducativo pode ocorrer das mais diversas formas seja através de um trabalho individual ou grupal, porém todo e qualquer trabalho socioeducativo não pode ocorrer desvinculado da realidade vivenciada pelas famílias, pois este deve ocorrer com fundamentação no perfil das mesmas, ou seja, no conhecimento da realidade social, onde estas famílias estão inseridas, conhecimento também das dificuldades e habilidades de cada família, a subjetividade, suas opiniões, desta forma e através do conhecimento das características e demandas de cada família que vai ser desenvolvido uma metodologia para materialização do trabalho socioeducativo.

Desta forma, destacamos que é o Assistente Social quem faz as primeiras aproximações as famílias, uma vez que este profissional está mais próximo destas, que conhece suas vulnerabilidades, situação de pobreza e violências nas quais vivenciam tendo uma imensa capacidade para desvelar a realidade dos mesmos.

Segundo Miotto (2009, p.500):

Considera-se que a orientação e o acompanhamento, tradicionalmente vinculados ao atendimento de demandas singulares de indivíduo, grupos e famílias, configuram-se como ações socioeducativas que se desenvolvem nos processos socioassistencial e que se articulam organicamente com os processos de planejamento e gestão e com os processos político-organizativos.

Assim, quando se tem este conhecimento da realidade, do perfil deste público alvo fundamentado em um processo que traga toda uma direção através do planejamento, execução, monitoramento e avaliação dos impactos, podemos sim ir além com estas famílias e buscar das mesmas muito mais que uma simples presença em uma reunião, na qual, esta não passa de uma condicionalidade para a permanência no programa, mas sim buscar sua participação, na qual, esta pode trazer para os sujeitos seu empoderamento, sua autonomia enquanto sujeitos críticos e pro ativos.

Diante a atuação profissional com ações socioeducativas podemos destacar como uma das principais ações ao trabalho socioeducativo o acesso à informação, pois é através destas que os sujeitos poderão tomar conhecimento sobre seus direitos, assim acessá-los para os tornarem efetivos. É através da informação também que os usuários poderão conhecer as instituições, sua forma de organização e os serviços prestados pelas mesmas, assim como seus programas podendo assim ter maior consciência sobre seus direitos buscando propiciar alteração na realidade social que estão inseridos.

De acordo com Miotto (2009, p.502):

Ressalta-se nessas considerações que o direito a informação não esta restrito apenas ao conhecimento dos direitos e do legalmente instituído nas políticas sociais. Inclui-se o direito dos usuários de usufruírem de todo conhecimento socialmente produzido, especialmente daqueles gerado no campo da ciência e da tecnologia, necessário para a melhoria das condições e qualidade de vida ou para que os usuários possam acessar determinados bens ou serviços em situações específicas. Acresce-se ainda que o direito a informação não se restringe ao acesso a informação. Ele pressupõe também a compreensão das informações, pois é ela que vai possibilitar seu uso na vida cotidiana. Dessa forma, o uso da informação ou a incorporação da informação pelos sujeitos, torna-se um indicador importante de avaliação no processo de construção da autonomia dos indivíduos, dos grupos e das famílias, que é a grande finalidade das ações educativas.

A atuação do Assistente Social para o trabalho socioeducativo além de levantar o perfil destas famílias, um processo de gestão e participação também deve buscar a articulação da rede para que o trabalho socioeducativo não se transforme em um fim em si mesmo, mas sim que traga a articulação com todas as políticas para que assim responda as diversas demandas que chegam até o campo deste profissional.

Para a atuação profissional junto ao trabalho socioeducativo é extremamente importante um profissional comprometido, crítico, criativo que tenha a compreensão da dimensão do seu trabalho, bem como que entenda que cada sujeito apresenta níveis diferentes de desenvolvimento e que este profissional vai ter de desenvolver competência e metodologia para propiciar o desenvolvimento dos sujeitos em diferentes estágios.

Desta forma o trabalho socioeducativo é um processo a ser construído, na qual, a participação das famílias é essencial para que se atinja respostas profissionais sustentáveis devendo sempre levar em consideração as aptidões, habilidades das mesmas, buscando também o desenvolvimento das atividades socioeducativas em um local adequado , assim como a organização de um tempo com horários que seja acessível a todas as famílias que participam do programa buscando sempre despertar nas mesmas sua autonomia, assim propiciar as mesmas a construção de um projeto de vida com consciência crítica na busca pela cidadania e participação dos mesmos.

Para tanto, que o trabalho socioeducativo possibilite os princípios norteadores do projeto ético político profissional como autonomia, emancipação, liberdade, democracia, cidadania, respeito à diversidade deve se também buscar conhecer o espaço sócio ocupacional e o campo em que o profissional está inserido as políticas públicas, e seus princípios e diretrizes para assim conhecer os sujeitos e suas demandas tendo um olhar também para as especificidades destas famílias na qual está vinculada seu territórios, ao chão que pisa, o desenvolvimento local, os nichos de mercado para assim propor um trabalho socioeducativo que possa trabalhar uma das maiores dificuldades destas famílias do programa na qual está relacionada à renda buscando desenvolver as potencialidades.

Assim o trabalho com famílias é extremamente complexo, e para a realização de um trabalho socioeducativo possível de mudanças temos que

compreender todo o contexto político, social e econômico que compreende a sociedade hoje, assim como o perfil destas famílias, suas demandas, seu território, seus nichos de mercado buscando compreender o contexto nas quais estão inseridas para assim propor um processo de gestão, que faça o enfrentamento das reais necessidades destas famílias, pois só através de toda essa compreensão será possível o rompimento com a culpabilização e naturalização da situação de pobreza vivenciada pelas mesmas, com o intuito de construir respostas profissionais sustentáveis.

Destacamos que para realização de trabalhos socioeducativos com as famílias beneficiárias de programas de transferência de renda o profissional enfrenta desafios para sua atuação, uma vez que este é permeado por muitas dificuldades, nas quais podemos citar a questão do número de profissionais para trabalhar com uma grande quantidade de famílias, outra dificuldade apontada é a problemática de ultrapassar a questão da transferência de renda, como sustenta Guimarães (s.d., p.136) “Aqui reside o maior desafio do trabalho socioeducativo: tornar o grupo e as ações significativas quando, de imediato, a sua presença é apenas uma contrapartida do recebimento monetário”. Assim, em complemento a esta citação o profissional tem que utilizar o trabalho socioeducativo de forma atrativa, já que, a presença das famílias pode-se dizer que são meio “forçadas” em contrapartida ao recebimento mensal da transferência direta de renda.

Portanto, a problematização aqui se refere na busca de possíveis reflexões acerca de como esse trabalho socioeducativo com essas famílias pode mudar sua realidade, no que tange a busca de autonomia e emancipação? Como ultrapassar a demanda institucional da questão da pobreza e suas consequências na esfera imaterial? Como realizar trabalhos socioeducativos atrativos? Como uma transferência de renda de R\$80,00 reais por mês pode mudar a vida de uma família que está em condição de pobreza? Dentre outros questionamentos que nos fazem refletir quando pensamos em trabalho socioeducativo com famílias. Reafirmando esses questionamentos Silva et. al (2004, p. 2006) sustenta:

Nesse caso, as questões que se colocam são: qual o tempo necessário para geração dos impactos desejados e fixados nos objetivos do programa? Como pode se alcançar mudanças concretas em situações de insuficiência de renda, desemprego, educação em tão pouco tempo, quando, na realidade, o público atendido pelos

Programas de Transferência de Renda apresenta limites pessoais profundos e estruturais, como: baixa escolaridade; desemprego/subemprego; falta de acesso a informações etc?

No entanto, com este posicionamento crítico sobre os programas de transferência de renda e o trabalho socioeducativo a ser realizado com as famílias e as demandas que estas apresentam, não podemos ter uma visão messiânica que conseguiremos auxiliar todas as famílias a terem sua autonomia e emancipação, já que, não sabemos quais as respostas mais corretas para estas perguntas, isto varia de acordo com a capacidade, competência e criatividade do Assistente Social que vai atuar com estas famílias em ultrapassar as demandas institucionais e a própria questão da transferência de renda; ao desvelar a realidade vivenciada por cada uma, levando em consideração que estes trabalhos realizados não surtirão resultado igual em todas as famílias, devido cada uma estar em um grau de desenvolvimento.

No âmbito, desta discussão não poderíamos deixar de destacar a importância do planejamento, visto que a ação de planejar envolve também a questão dos trabalhos socioeducativos com famílias. A realização de trabalhos socioeducativos tem por necessidade estar envolvido e articulado a um processo de gestão (propor, executar e avaliar), com um planejamento¹² prévio da ação, com objetivos e metas pré-estabelecidos, com um por que e para que o desenvolvimento de determinado trabalho e ou ação, ou seja, que o trabalho socioeducativo com essas famílias tenha uma intenção, direção e um conteúdo que esteja interligado a realidade vivenciada por estas.

Outro ponto importante a ser discutido em relevância a problematização do trabalho socioeducativo com famílias é a questão da influência da motivação no desempenho do profissional de Serviço Social. Que além de ter toda a competência teórico-metodológico, ético-político, técnico-operativo para desvelar a realidade e atuar nas mais diversas expressões da questão social deve estar motivado para desenvolver suas ações de intervenção dando respostas profissionais sustentáveis.

¹² O termo “planejamento”, na perspectiva lógico-racional, refere-se ao processo permanente e metódico de abordagem racional e científica de questões que se colocam no mundo social. Enquanto processo permanente supõe ação continua sobre um conjunto dinâmico de situações em um determinado momento histórico. Como processo metódico de abordagem racional científica, supõe uma seqüência de atos decisórios, ordenados em momentos definidos e baseados em conhecimento teóricos, científicos e técnicos. (BATISTA, 2007, p.13)

Neste sentido é pertinente apresentarmos o conceito de motivação, segundo Bergamini (1993, p.38):

A motivação é uma força que se encontra no interior de cada pessoa e que pode estar ligada a um desejo. Uma pessoa não pode jamais motivar outra, o que ela pode fazer é estimular a outra. A probabilidade de que uma pessoa siga uma orientação de ação desejável esta diretamente ligada a força de um desejo.

Destarte, a motivação pode ser entendida como um objetivo, na qual, as pessoas envolvem sua atenção, pensamento e ação ao se sentirem incentivados, estimulados, impulsionados a fazer, alcançar um sonho ou buscar algo. Quando a motivação se faz presente na vida e na dinâmica de trabalho do Assistente Social, este profissional deve incentivar/estimular sua equipe de trabalho compreendendo as habilidades de cada um, os limites e potencialidades. E ao que tange aos grupos socioeducativos, levantar com os indivíduos que participam quais são os seus interesses, o que lhes proporciona prazer e satisfação, para tanto se faz necessário o envolvimento/interesse do Assistente Social para conhecer a realidade destes sujeitos.

Entretanto, buscar a motivação das famílias do Programa Renda Cidadã, de forma que as mesmas sintam prazer, interesse, alegria em realizar determinada atividade, primeiramente deve se atender as necessidades básicas das mesmas, ou seja, as necessidades de sobrevivência na qual muitas vezes são violadas, para depois atingir outros níveis de realização de acordo com o que foi planejado estrategicamente.

Assim, falar do trabalho socioeducativo neste contexto implica em pensar um trabalho qualificado, que venha trazer impactos positivos para vida destes. Visto que, a motivação é algo que influencia positivamente a atuação e intervenção do Assistente Social, não podemos perder de vista o Projeto Ético Político, bem como o Código de Ética Profissional, que indica o horizonte para o exercício da profissão.

Para tanto compreender as expressões da questão social, objeto de intervenção profissional vai muito além das demandas postas na imediaticidade. O seu entendimento e enfrentamento diante do que está posto pelo Código de Ética Profissional ocorrem através de aproximações sucessivas desta realidade, a fim de

desvelar suas particularidades. Esta compreensão só pode ser efetivada quando o profissional articula as determinações sócio históricas experimentadas pelos sujeitos nas relações sociais que vivenciam.

Somente através de uma leitura crítica da realidade fundamentada nos princípios que norteiam o Projeto Ético-Político é que o profissional irá fundamentar suas ações.

Vemos assim que o Serviço Social é uma profissão que têm:

[...] compromisso com a afirmação da democracia, da liberdade, da igualdade e da justiça social no terreno da história. Nessa direção social, a luta pela afirmação dos direitos de cidadania, que reconheça as efetivas necessidades e interesses dos sujeitos sociais, é hoje fundamental como parte do processo de acumulação de forças em direção a uma forma de desenvolvimento social inclusiva para todos os indivíduos sociais. (IAMAMOTO, p.18, 2009).

E vale salientar que o profissional que tem internalizado os princípios alocados no código de ética terá sempre uma conduta ética, uma conduta de respeito com seus usuários e sua realidade, sua história as suas peculiaridades. Nesta direção o Assistente Social estará motivado, não perdendo a essência e a direção social da profissão. Realizando assim, seu trabalho com vontade e com prazer.

Portanto, discutir a atuação do Assistente Social na esfera do trabalho socioeducativo com famílias é ultrapassar práticas fragmentadas e pontuais como, por exemplo, a realização de reuniões, entendendo que o socioeducativo é uma dimensão para intervenção do Assistente Social, uma vez que esta dimensão tem por objetivo possibilitar aprendizagem através de um conteúdo educativo, sem relação hierárquica mudar ou fortalecer representações, ou seja, as representações das expressões da questão social que se manifesta no cotidiano de cada família através das demandas imediatas e sócio profissional.

CONCLUSÃO

Diante do que foi apresentado durante este artigo, com a presente pesquisa referente às famílias beneficiárias do Programa Renda Cidadã dos municípios de Álvares Machado, Martinópolis e Santo Anastácio, podemos concluir

que a atuação do Assistente Social frente à necessidade de realização de trabalho socioeducativo com estas famílias identificou se que este é um espaço de possibilidades para conhecer e realizar trabalhos socioeducativos viáveis ao contexto e demanda vivenciado por cada família.

Ao que tange a realização de trabalhos socioeducativos, estes não podem ser compreendidos como ações para consertar as pessoas, mas ações que tenham um conteúdo compatível com a realidade social vivenciada por cada uma das famílias, na busca em despertar e conquistar a emancipação, a autonomia, autoestima, visão crítica da realidade, projeto de vida com a perspectiva de mudanças, bem como temos que levar em consideração que para realização destes trabalhos a compreensão de que cada família está em determinado grau de desenvolvimento.

Tendo em vista também, que falar em trabalho socioeducativo com famílias este abarca um rol de maneiras para sua execução dentre elas podemos citar: reunião, plantão, encontros, seminários, palestras, dentre outras. Destacamos também, que para execução deste trabalho se faz necessário elaborar uma metodologia, que auxilie no processo de construção de respostas profissionais sustentáveis.

Assim sendo, o Assistente Social para realizar este trabalho tem que preservar uma postura ética frente às diversas demandas apresentadas pelas famílias, visto que, não deixe seus valores e suas crenças influenciarem neste trabalho, e também preservar estas famílias e suas diversas histórias de vida, com o intuito de não cair no paradigma de culpabilização da família por sua situação de pobreza e ou desemprego e realizar todas as ações pela ótica do direito, pois, esta transferência de renda feita as famílias em situação de pobreza e vulnerabilidade social não é uma ajuda, esta compõe a segurança de sobrevivência como está posto na Política Nacional de Assistência Social.

Assim, devido à diversidade das demandas familiares, por isso reafirmamos a necessidade do planejamento prévio para que o trabalho com essas famílias surta resultados, no qual, o programa Renda Cidadã dentro das hierarquias de proteção social sustentadas pelo Sistema Único de Assistência Social, compõe a proteção social básica, em virtude disso as ações tem que ser elaboradas com o

intuito de prevenção a situações de risco social sempre com a matricialidade sócio familiar, e com base no território que estas famílias estão inseridas.

Portanto, os programas de transferência de renda podemos dizer que são focalizados e seletivos, já que, para o acesso a família tem que compor uma série de critérios, e o trabalho do Assistente Social na esfera estadual, no âmbito das prefeituras municipais vai se deparar com os programas de transferência de renda, por isso este tem que ter além da postura ética a direção de sua atuação norteadas pelo Projeto Profissional Ético Político do Serviço Social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, Mônica Maria Torres de. **Transformações econômicas e sociais no Brasil dos anos 1990 e seu impacto no âmbito da família.** In: SALES, Mione Apolinário; et al (Org). Política Social, Família e Juventude: Uma questão de direitos. 2. ed. – São Paulo: Cortez, 2006.

BERGAMINI, Cecília W. **Motivação.** São Paulo: Atlas, 1993.

BRASIL. Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo. **Adolescências, Juventudes e Socioeducativo: Concepção e Fundamentos.** Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Cadernos Concepções Fundamentais.

BRASIL. **Norma Operacional Básica para o Programa Renda Cidadã.** Disponível em: http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/usr/share/documents/ResolucaoSEADS_PRC-010-29.06.2010.pdf. Acesso: em 07 out. 2010.

BRASIL. **Norma Operacional Básica NOB/SUAS.** Ministério do desenvolvimento social e combate à fome – Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília: 2005. Disponível em: http://www.mds.gov.br/suas/menu_superior/legislacao-1/nob/nob-versao_final.zip/view. Acesso em 11 de mai de 2010.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social.** Ministério do desenvolvimento social e combate à fome – Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília: 2004.

BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento Social: intencionalidade e instrumentação.** 2 ed. São Paulo: Veras, 2007.

GUIMARÃES, Chica Hatakeyama. **O grupo socioeducativo com famílias.** In: Trabalho com famílias: textos de apoio. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC-SP. São Paulo, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Cena Contemporânea**. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, ABEPSS, 2009.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em 13 de Abr de 2010.

KALOUSTIAN, Sílvio Monoug. **Família brasileira: A base de tudo**. 3. ed. - São Paulo: Cortez, 1994.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar**. In: SALES, Mione Apolinário; et al (Org). Política Social, Família e Juventude: Uma questão de direitos. 2. ed. – São Paulo: Cortez, 2006.

MIOTO, Regina Célia. **Orientação e acompanhamento social a indivíduos, grupos e famílias**. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. – Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

PROGRAMA Renda Cidadã. Disponível em: http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/portal.php/apresentacao_rendacidade. Acesso em: 12 out. 2010.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YASBEK, Maria Carmelita; GIOVANNI, Geraldo Di. **A Política Social no Século XXI: A prevalência dos programas de transferência de renda**. São Paulo: Cortez, 2004.

SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social**. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2009.